



Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Delegação Regional da Península de Setúbal (DRPS), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de seis de novembro de 2021, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

A reunião de júri é feita por videoconferência, em consideração pelas medidas excecionais de contenção da doença COVID-19.

Ficam apenas à presente ata todas as mensagens de correio eletrónico trocadas entre os elementos de júri sobre a mesma ata, sendo o original assinado na primeira reunião em que o júri reúne.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: João Nuno Navarro de Castro Faria, Delegado Regional da Península de Setúbal;

1ª Vogal Efetiva: Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio, Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2ª Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos);

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar

IV. Elaboração da prova de conhecimentos

V. Marcação da data dos métodos de seleção

VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

VII. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 4 candidatos a seguir identificados:

- Dário Alexandre Figueiras João Martins Ferreira
- Pedro Miguel Gante Ribeiro Morgado
- Pedro Miguel Rodrigues Rolo Pereira
- Vitor Manuel Rosa Pereira Candeias



2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e da Oferta de Emprego OE202112/0341, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 20 de dezembro de 2021.

II. Deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:

- Dário Alexandre Figueiras João Martins Ferreira
- Pedro Miguel Gante Ribeiro Morgado
- Pedro Miguel Rodrigues Rolo Pereira
- Vítor Manuel Rosa Pereira Candeias

III. Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar

Aos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, verificou-se que os mesmos não se encontram a executar as competências e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, pelo que, e conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o código: OE202112/0341, serão aplicados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de Avaliação (EA), num único momento, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro.

IV. Elaboração da prova de conhecimentos

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

4.1 Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 25 de janeiro de 2022, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 14H30 para a Entrevista de Avaliação (EA), nas instalações da DRAPLVT, Polo de Setúbal na Quinta da Várzea - Estrada dos Ciprestes • 2900 - 315 Setúbal.

A Delegação Regional da Península de Setúbal irá designar dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização. Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.



Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

João Nuno Navarro de Castro Faria

1.º Vogal Efetiva

Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio

2.º Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo